

Jornal
AJIIndo
 Ação de Jovens Indígenas de Dourados

DOURADOS-MS
EDIÇÃO ESPECIAL Nº 19
JANEIRO / FEVEREIRO DE 2010



Dossiê Especial

Jornal AJIIndo retoma assuntos já abordados para saber o que mudou de quando as matérias foram publicadas até agora

3

. Distribuição de água na Reserva

6e7

. Como está a segurança?

5

. Ainda sem coleta de lixo

10

. Demarcação de terra

Editorial

Há dois anos, a AJI – Ação dos Jovens Indígenas dava início a uma nova fase. Com uma reformulação na equipe e nas frentes de trabalho, esta ONG passou a dar mais ênfase ao desenvolvimento de ferramentas de comunicação, como o Jornal AJIndo, a produção de vídeos e de fotografias.

Desde a primeira edição do Jornal AJIndo em 2008, a busca tem sido por “matérias jornalísticas” e não mais “artigos de opinião”, como era feito até então. O objetivo é que os integrantes da AJI, sem precisar mostrar suas posições pessoais, denunciem os problemas da Reserva Indígena de Dourados, onde moram, e mostrem também o que ela tem de positivo. Eles são, assim, mediadores entre a Reserva e o entorno e através do jornal retratam esse diálogo para o mundo.

Sim, para o mundo porque o AJIndo pode ser lido pela internet (www.jovensindigenas.org.br). Então, esteja em Dourados ou em Tóquio, no Japão, ou em Moscou, na Rússia, qualquer pessoa com

acesso à internet pode ler este jornal bimestral produzido por jovens indígenas das etnias Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva e Terena.

Mudar uma situação tão complexa quanto a da Reserva Indígena de Dourados não se faz da noite para o dia, nem (infelizmente) de um ano para o outro.

Com problemas de violência, saúde, saneamento básico, educação, lazer e, a mais difícil de ser explicada, a questão cultural, esta Reserva é o retrato do descaso dos governantes com as “minorias” e com a população pobre do Brasil.

A mudança é lenta e dolorosa, mas ao menos podemos dizer com orgulho que fazemos parte dela. É preciso começar.

*

Nesta edição, retomamos assuntos abordados durante os dois últimos anos para ver o que mudou desde a publicação das matérias até agora. Boa leitura.

Reserva exige mais segurança

Indígenas das aldeias Bororó e Jaguapiru, onde há altos índices de homicídios, se reúnem com órgãos estaduais e federais para exigir policiamento

No dia 12 de fevereiro, aconteceu na Escola Tengatuí, localizada na aldeia Jaguapiru, a oitava reunião sobre segurança pública na Reserva Indígena de Dourados, que contou com a participação de cerca de 300 índios das etnias Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva e Terena, moradores da Reserva.

O principal objetivo da reunião era ouvir dos órgãos competentes o porquê do não policiamento dentro das aldeias. Estiveram presentes representantes do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério Público Estadual (MPE), da Polícia Federal (PF), da Polícia Militar (PM), do Conselho

Tutelar, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Ordem dos Advogados do Brasil de Dourados (OAB-Dourados) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Para o Ministério Público, “a sistemática recusa no atendimento às comunidades indígenas na área de segurança pública caracteriza uma nefasta forma de discriminação à luz dos princípios constitucionais”.

Ao assumir em janeiro deste ano a liderança da Aldeia Jaguapiru, o indígena Vilmar Martins juntamente com seu vice Leomar Mariano e com outros membros da comunidade tomaram inicia-



Em 2009, indígenas se vestiram de “morte” em frente ao prédio da Funai para protestar contra a falta de segurança na Reserva de Dourados

tiva de periodicamente realizar rondas nessa aldeia para diminuir os elevados índices de violência.

Com o mesmo intuito, o novo líder da aldeia bororó, Cesar Isnarde, também passou a tomar algumas medidas preventivas relacionadas à violência. Em dois meses de atuação, essa medida adotada pelos líderes indígenas, fez reduzir consideravelmente os índices de violência.

Após as 22h, as pessoas que ficam nas ruas das aldeias são abordadas e revistas. Quando se trata de menores de dezoito anos, eles são orientados a não ficarem “perambulando” pelas ruas. Nas abordagens, a pessoa que carrega algum tipo de arma é ordenada a cumprir penas “alternativas”, serviços prestados à comunidade, que são aplicadas no dia seguinte pelo líder indígena.

Segundo levantamento do Ministério Público Federal, os índices de homicídios ocor-

ridos nos últimos 12 meses nas aldeias Jaguapirú e Bororó supera o número de assassinatos em países que recentemente passaram por guerra, como é o caso do Iraque.

Segundo o órgão, o índice de homicídios nas aldeias de Dourados é de 145 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto que no Iraque o número é de 93 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes.

Após essa reunião, ficou decidido que o Ministério Público Federal vai manter um diálogo com o Governo Estadual para implantar o policiamento ostensivo nas aldeias.

Caso isso não seja suficiente para alcançar essa demanda, dez pessoas da comunidade e representantes dos órgãos públicos irão até Campo Grande, capital do Estado, para conversarem com representantes do Governo. (Leia mais sobre esse assunto nas páginas 6 e 7.)

Jornal AJIndo
Ação de Jovens Indígenas de Dourados

www.ajindo.blogspot.com / e-mail: ajidourados@yahoo.com.br

O Jornal AJIndo é uma publicação da Ação Jovens Indígenas, da Reserva Indígena de Dourados, produto da Oficina de Jornalismo sob a orientação da jornalista Natália Costa.

Tiragem:

1.000 exemplares

**Editoração e
Produção Gráfica:**

Jadson Yamasaki - 9977.3682

Fotolito e Impressão:

Editora Ferjal Ltda
Fernandópolis - SP

USO DA INFORMAÇÃO: O conteúdo do Jornal AJI pode ser livremente utilizado e reproduzido em qualquer meio de comunicação impresso, radiofônico, televisivo e eletrônico, desde que acompanhado dos créditos gerais e da assinatura dos responsáveis pelas matérias reproduzidas.



Água da Reserva

Um ano após a publicação da matéria sobre distribuição de água na Reserva Indígena, ainda há dúvida se falta investimento ou se sobra desperdício

Tânia Porto

Na edição de Janeiro/Fevereiro de 2009 do Jornal AJIndo, a matéria de Diana Davilã, na página 9, tratava da distribuição de água na Reserva Indígena de Dourados. Foi explicado que, embora a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) divulgasse ter feito melhorias no sistema, alguns moradores reclamavam que faltava água com frequência nas aldeias Jaguapiru e Bororó, que compõem a Reserva Indígena de Dourados.

Um ano depois, voltamos a entrevistar alguns moradores da Reserva para saber como está a situação.

Segundo a dona-de-casa Suélen Peixoto, moradora da Aldeia Jaguapiru, ela tem água em casa até as dez da manhã e volta a receber só às quatro da tarde.

“Se eu não recolher água no balde até as dez horas, fico sem o dia inteiro”, conta.

Mas ela diz que já foi pior, antigamente faltava água por até três dias seguidos. Aí o jeito era pegar água com os vizinhos que têm poço em casa. Para Suélen, uma solução para esse problema seria todas as famílias terem caixa d'água.

Por sua vez, a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), órgão responsável pela distribuição de água na Reserva Indígena de Dourados, explica que muitos investimentos têm sido feitos, mas ainda falta água em decorrência de vazamentos originados de torneiras estragadas, caixa de descarga sem bóias de contenção, reservatórios domiciliares sem bóias de regulação, chuveiros com vazamentos nos canos, e também porque ocorrem desvios de água da rede de abastecimento para cons-

trução de residências e escolas.

Como as construções exigem muita água, acaba diminuindo muito a quantidade de água na adutora, o que reduz a pressão necessária para que ela chegue a todos os pontos e reservatórios.

Segundo a Funasa, 88,3% dos domicílios na Aldeia Bororó recebem água encanada e na Aldeia Jaguapiru 88,9% das casas dispõem desse serviço. São distribuídos 300 litros de água por dia nas aldeias Bororó e Jaguapirú, e o consumo *per capita* das duas aldeias é de 251 litros por dia.

O consumo de água da Reserva Indígena estaria, então, acima da média de consumo per capita do brasileiro, que é de 150 litros por dia, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

“Hoje em dia está melhor do que antes, só falta água quando estoura alguma coisa na bomba”, conta a dona-de-casa Cristina da Silva, moradora da aldeia Bororó. “Mas também eu fico atenta com vazamentos, quando está vazando eu logo chamo o moço da água para dar uma olhada. Não podemos desperdiçar água porque nós precisamos dela para várias coisas”, enfatiza Cristina.

A Funasa explica que mantém equipes fazendo manutenções no sistema constantemente e também promove palestras, oficinas, demonstrações e cursos para conscientizar a população sobre a importância de combater o desperdício.

No entanto, a moradora da Aldeia Bororó Cristina da Silva diz que é preciso intensificar essas ações de conscientização.

“Eu tenho certeza que tem pessoas que ainda não sabem como cuidar da água”, diz.



Quase dois anos depois da matéria sobre a falta de salas de aula nas escolas da Reserva Indígena de Dourados, o problema persiste; Secretaria de Educação diz que há projetos para construção de mais escolas até 2011

Sala de aula: faltou

Emerson Cabreira

Em abril de 2008, o Jornal AJIndo publicou uma matéria sobre a falta de salas de aula na Reserva Indígena de Dourados, mais especificamente na escola Tengatui Marangatu, localizada na Aldeia Jaguapiru.

Passados quase dois anos, a falta de estrutura das escolas continua preocupando coordenadores e professores das aldeias Jaguapiru e Bororó, que compõem a Reserva Indígena de Dourados. A cada ano, o número de alunos nas escolas aumenta, o que é bom porque significa que há mais gente estudando. Mas, por outro lado, acaba deixando as salas de aula superlotadas, visto que a estrutura das escolas não está preparada para este aumento.

Em 2007, os alunos da Tengatui Marangatu tinham aulas em espaços improvisados na quadra de esportes da escola e em igrejas da Jaguapiru. Em 2008, mais um bloco foi construído, mas o diretor da escola conta que ainda faltam salas em 2010.

“Este ano temos quatro turmas que estão sem salas”, diz Josias Aêdo Marques, diretor da Tengatui Marangatu.

A solução encontrada foi emprestar salas da Escola Guateka Marçal do Sou-

za, que é do Estado.

“O que temos neste momento são quatro salas emprestadas da Escola Estadual Guateka Marçal de Souza até julho deste ano, quando a construção do bloco na Tengatui será finalizada”, afirma Aguilera de Souza, gestor de educação indígena da Secretaria de Educação de Dourados.

Por outro lado, construir mais blocos na Escola Tengatui também pode significar aumentar os problemas, pois é preciso dar conta de uma estrutura cada vez maior.

“É importante a construção de novas salas de aula, mas a Tengatui é hoje uma escola polo, que está ficando centralizada. Acho que deveriam ser construídas novas escolas em outros locais da aldeia, porque se cada vez que faltar espaço a construção de salas de aula for na Tengatui, os problemas vão aumentando cada vez mais”, pondera Elias Moreira, coordenador da escola Tengatui Marangatu.

De acordo com o gestor de educação indígena Aguilera de Souza, há dois projetos do Governo Federal que prevêem a construção de novas escolas na Reserva Indígena de Dourados.

“Existem dois projetos para construção de escolas na aldeia. Um é voltado

a quilombolas e aldeias indígenas, financiado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), através do qual é certo que este ano se constrói uma escola na aldeia. O outro é do MEC (Ministério da Educação), que deve acontecer entre 2010 e 2011, com a construção de pelo menos três novas escolas com uma estrutura completa na aldeia”, afirma Aguilera.

Além disso, segundo Aguilera, o projeto financiado pelo FNDE também prevê a capacitação dos professores e a liberação de recurso para material didático.

Enquanto esses projetos não saem do papel, os professores se viram como podem para trabalhar nas condições atuais.

“A superlotação é uma das coisas que mais atrapalham o bom desempenho do professor em sala de aula, porque ele tem que trabalhar no coletivo, não individual. E muitos alunos necessitam de um apoio individual”, afirma Edilaine Moraes, professora da Escola Tengatui Marangatu.

A população da Reserva Indígena também deve cobrar da Prefeitura de Dourados para que esses dois projetos do Governo Federal sejam realmente implantados no prazo anunciado.

Ainda sem coleta!

Moradores da Reserva indígena de Dourados reivindicam coleta de lixo desde 2008

Ana Cláudia de Souza

A edição 11 do Jornal AJIndo, publicada em agosto de 2008, teve como matéria de capa o problema do lixo na Reserva Indígena de Dourados, que engloba as aldeias Jaguapiru e Bororó e conta com uma população de cerca de 15 mil índios das etnias Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva e Terena.

A reportagem de agosto de 2008 denunciou os problemas decorrentes da falta desse serviço na Reserva de Dourados: lixo jogado a céu aberto, atraindo mosquitos e outros transmissores de doenças, ou enterrados nos quintais, o que pode provocar contaminação de poços e lençóis freáticos.

Localizada a cerca de quatro quilômetros do centro de Dourados, a Reserva é até mais próxima do centro do que alguns bairros da cidade.

“A Reserva Indígena de Dourados tem, e só tem, característica urbana e, guardadas as suas particularidades, deve ser tratada como tal”, disse o arquiteto e ambientalista Luiz Carlos Ribeiro ao Jornal AJIndo em 2008.

No entanto, o mandato do ex-prefeito Laerte Tetila acabou e o projeto de implantar a coleta de lixo na Reserva ainda em 2008, conforme a previsão feita na época, não foi colocado em prática. Em 2009, Ari Artuzi assumiu a Prefeitura e a promessa continua.

“Há um plano de coleta para a Reserva, acredito que possamos iniciar esse processo em fevereiro, mas primeiro é necessário ter uma liberação da Funai para que possamos atuar lá dentro”, disse Antônio Henrique Targa, coordenador do serviço de coleta de lixo da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

No entanto, a Funai informou que não exige nenhum pedido de autorização para que se implante coleta de lixo dentro de uma Reserva Indígena, que se trata de um direito de todo cidadão brasileiro.

Foi o próprio Antônio Henrique Targa quem havia dito ao Jornal AJIndo em 2008 que a previsão da Prefeitura era iniciar a coleta de lixo na Reserva até o fim daquele ano.

A falta da coleta de lixo é uma preocupação

para os moradores da Reserva Indígena.

“Tenho medo que mosquitos da dengue fiquem nos buracos onde joga o lixo e acabem chegando dentro de casa à noite”, confirma Célia, índia Kaiowá que mora na Aldeia Jaguapiru, e teme pelo risco à saúde de seus filhos.

Já que a Reserva Indígena de Dourados continua sem coleta de lixo, o Jornal AJIndo repete aqui os conselhos do arquiteto Luiz Carlos Ribeiro publicados na matéria de 2008, que são “medidas quebra-galho”.

A parte orgânica do lixo (restos de comida, etc) deve ser separada e enterrada em valas, que devem ser cobertas com uma pequena camada de terra todos os dias para

que o lixo não fique exposto.

“É importante fazer essa vala com uma distância mínima de 10 a 15 metros de poços, córregos, rios e lagos”, enfatiza Ribeiro.

Já o lixo reciclável (papel, papelão, vidro, plástico, etc.) deve ser armazenado e coletado pela comunidade pelo menos uma vez por mês para ser vendido.

“O maior problema do lixo é a parte não-orgânica [vidro e plástico, por exemplo], que ocupa muito espaço e demora para ser absorvido pela natureza. Neste caso, a reciclagem é uma boa medida pra se produzir menos lixo”, explica.

A venda de lixo reciclável pode ser ainda uma fonte de renda extra para a população.





Uma pelo

Um dos temas mais abordados Indígena. Uma

Jaqueline Gonçalves

O tema violência na Reserva Indígena de Dourados foi um dos mais abordados no jornal AJIndo ao longo de 2008 e 2009, retratando assassinatos, assaltos e brigas, muito recorrentes já que desde 2008 a Reserva não conta com nenhum tipo de policiamento.

Rosivânia Espíndola escreveu na página 10 da edição 16 Jornal AJIndo (Maio/Junho), sobre a violência nas estradas dentro da aldeia. Segundo seu relato, os filhos não obedecem seus pais e saem na rua à noite. "Quando chega sábado já estão na estrada...", relatou Rosivânia.

O professor João Machado diz em seu artigo publicado na página 4 da edição 17 (Setembro/Octubre) que os jovens são sempre acusados de serem responsáveis pela violência que assola a Reserva de Dourados.

"Nas assembléias de lideranças indígenas e/ou autoridades governamentais em Dourados, as discussões são sempre as mesmas. Jovens violentos, se drogando, à noite os adultos não podem mais sair pelas aldeias porque adolescentes andam pelas estradas das aldeias armados com facão, foice pedaço de madeira e ameaçam...".

No entanto, Machado pondera que a culpa é da falta de vontade política e de sensibilidade humanitária, concluindo que a juventude é apenas vítima das mazelas sociais.

A violência em 2009 foi tão longe que atingiu até as escolas. "Os problemas envolvendo jovens no Brasil são bastante conhecidos e noticiados. Na Reserva Indígena de Dourados não é diferente e até mesmo nas escolas há brigas entre jovens", diz a matéria de Tânia Porto, na

página 9 dessa mesma edição.

Ela explica que jovens brigam fora da escola e essas brigas vão parar lá dentro, o que chegou a resultar em uma briga com esfaqueamento em frente à Escola Tengatui Marangatu, envolvendo adolescentes menores de idade.

O AJIndo teve ainda o depoimento de um aluno indígena que preferiu não se identificar sobre a violência na escola, publicado na página 10 da Edição 18. "O que adianta? Eles revistam os alunos e assim mesmo os alunos levam facas e armas. E quando eles querem brigar ninguém segura".

Na mesma edição, a matéria de Jaqueline Gonçalves, na página 3, traz entrevistas feitas com pessoas que foram vítimas da violência e que ficaram com graves sequelas no corpo, alguns sem esperança de recuperação.

Possibilidade de mudança

Em meio a tanta violência, tanto sangue derramado e vidas se perdendo por motivos banais, finalmente uma mudança parece estar acontecendo.

Depois de muitas reuniões, chegou-se a um acordo para que fosse eleito um representante na aldeia Bororó e outro na aldeia Jaguapiru. Os eleitos seriam as novas lideranças, pessoas responsáveis por fazer acontecer a segurança nas duas aldeias que compõem a Reserva Indígena de Dourados. Foi a solução encontrada pela comunidade enquanto os órgãos competentes não oferecem policiamento na Reserva.

No dia 20 de Dezembro de 2009, aconteceu a eleição que escolheria os representantes da Reserva. Na Aldeia Jaguapiru foi eleito Vilmar Machado e na Aldeia Bororó, César Isnarde, que tomaram posse na primeira semana de janeiro de 2010.



poñta de esperança fim da violência

... pelo Jornal AJIndo, a violência é uma grande preocupação dos moradores da Reserva organização interna que se inicia pode ser o começo de uma mudança

Desde a posse, então, os capitães fazem rondas durante a noite na Reserva. Menores de idade não podem ficar na rua depois das 22 horas na aldeia Jaguapiru.

“As leis internas ainda não foram implantadas na Bororó porque um regimento ainda precisa ser aprovado. Sem esse regimento a ação pode ser barrada pelo Ministério Público, ou a própria comunidade pode ir buscar seus direitos e aí podemos ser processados”, explica César Isnarde, capitão da aldeia Bororó que faz ronda de noite com mais dezesseis pessoas.

As leis internas prevêm abordagem das pessoas que estiverem nas ruas à noite. Se estiver armada, a pessoa é desarmada. E se estiver na rua além do horário permitido, a pessoa é punida.

A punição funciona da seguinte maneira: o capitão e seus parceiros de trabalho pegam o nome e o endereço da pessoa abordada. No dia seguinte o abordado deve se apresentar para o capitão para cumprir uma tarefa, como carpir os matos (meninos) ou varrer (meninas) em locais definidos pelas lideranças.

César acredita que as punições não são pesadas, mas são necessárias. Para ele, a aplicação desse método já amenizou muito a violência na aldeia. Ele faz um apelo para que a comunidade ajude a aprovar o regimento interno.

Enquanto as punições estão suspensas, eles fazem a abordagem e no dia seguinte a pessoa abordada deve ir até o capitão para ouvir um conselho.

Na aldeia Jaguapiru o processo é o mesmo, mas as leis internas estão funcionando. Quem não cumpre as leis está sendo punido.

“Hoje eu me sinto mais segura caminhando pela aldeia. Não tem mais

aquele movimento de pessoas que tiram a nossa paz”, diz a dona de casa Mirtes Porto, 46 anos. A índia Kaiowá diz que agora pode ficar em paz até dentro de sua casa, pode ir à igreja e dormir em paz, pois antes não podia por causa da música alta e das pessoas armadas que andavam nas estradas de noite.

Leomar Mariano Silva, assessor do capitão da Jaguapiru Vilmar Machado, diz que está muito satisfeito com o trabalho de segurança na aldeia. E a comunidade está apoiando.

“Saímos às dez horas da noite para fazer a abordagem. No início, encontramos muito adolescente na rua armado, com bebida alcoólica. Decidimos aplicar essa punição de serviço alternativo àqueles que desrespeitam as leis internas, só para eles verem que não estamos de brincadeira, e

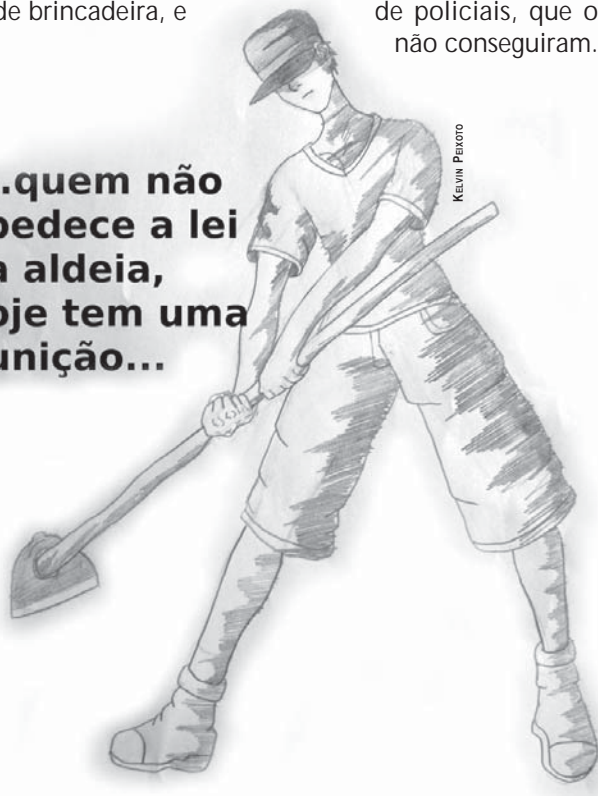
para terem noção de que o que eles fizeram não estava certo”, reforça Leomar.

O assessor conta que já houve casos dos pais denunciarem seus filhos, que saem sem o consentimento do pai ou da mãe. Então, por escrito, esses pais autorizam o capitão a punir seus filhos.

Leomar explicou ainda que vai ser realizada na Aldeia Jaguapiru uma reunião com professores, agentes de saúde, pais, enfim, a comunidade indígena em geral para ser montado de vez, o regimento interno.

A comunidade está se envolvendo cada vez mais porque está percebendo os resultados. Há apenas uma frente em que os novos capitães não se arriscam em atuar: os pontos de venda de drogas, pois para isso seria preciso um apoio de policiais, que os capitães ainda não conseguiram.

...quem não obedece a lei da aldeia, hoje tem uma punição...



Para as meninas também

O futebol é cada vez mais popular entre as meninas da Reserva Indígena de Dourados, até com torneios aos fins de semana



Rosivânia Espíndola

O futebol foi destaque da edição 17 do Jornal AJIndo (Outubro/Novembro 2009). Em sua matéria, Emerson Cabreira mostra como o futebol pode ser uma atividade de lazer e até mesmo se tornar uma possibilidade de carreira profissional para as crianças e jovens da Reserva Indígena de Dourados.

Na Reserva, o futebol é uma das melhores alternativas para se falar com os jovens, todas as pessoas que jogam se divertem muito.

Mas se antes só os homens jogavam futebol na Reserva, hoje as mulheres também gostam muito desse esporte. Todo sábado acontecem torneios de futebol feminino. As vezes também jogam todos juntos, tipo misto masculino e feminino.

Quando os torneios são realizados na Aldeia Bororó, os times da Aldeia Jaguapirú vão até lá participar e vice-versa. Muita gente prestigia, aproximadamente 500 pessoas aparecem para assistir aos jogos.

Para o treinador Gerson de Souza, as meninas passam a ter uma atividade

que possibilita "outros vôos".

"Começamos mostrando que uma boa equipe de futebol é aquela que respeita os colegas do seu time compartilhando a bola, sendo solidário com o colega que errar um passe. E mostramos também que é importante respeitar o time adversário", enfatiza Gerson.

Neste ano de 2010, os organizadores de torneios e campeonatos pretendem realizar este tipo de atividade esportiva com mais frequência, mas precisam e muito de incentivos.

Para os meninos já existem escolinhas de futebol na Reserva. Gerson de Souza é o técnico da escolinha da Aldeia Jaguapirú. Quando falamos de escolinhas profissionais de futebol, Gerson diz é uma grande possibilidade.

"Através do trabalho de treinamento que realizamos com esses meninos, dois já foram selecionados por "olheiros" (pessoa, treinador que descobre jogadores) e que hoje estão em escolinhas de grandes clubes", conta Gerson.

Falta agora o incentivo para que sejam criadas também escolinhas para meninas. Afinal, entre elas também podem ser encontradas craques do futebol.

Acesse o site da AJI:

www.jovensindigenas.org.br

Artigo

Terra é Vida?

Em Mato Grosso do Sul, parece mais correto dizer que terra é morte

Kenedy Moraes

A demarcação de terras indígenas é um assunto polêmico. O Jornal AJIndo tratou desse assunto diversas vezes, principalmente nas matérias sobre o Abril Indígena, um evento que reúne povos indígenas de todo o País em Brasília. A AJI participou em 2008 e 2009 e as discussões sobre demarcação foram o centro das atenções nesses dois anos.

Nesse artigo, vamos lembrar conflitos que envolveram a luta do povo Guarani-Kaiowá pela terra em Mato Grosso do Sul (MS).

Com o objetivo de resolver os problemas de terra dos índios Guarani-Kaiowá de (MS), em 12 de novembro de 2007 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai) e lideranças indígenas.

Após a assinatura desse termo, foram constituídos seis grupos técnicos que tinham a missão de identificar e delimitar 36 terras indígenas em MS. Entretanto após uma reunião entre o presidente da Funai Márcio Meira e o governo estadual, os estudos antropológicos foram temporariamente suspensos, atendendo assim aos protestos dos produtores rurais sul-mato-grossenses.

A partir desse TAC, a previsão era que as questões fundiárias dos Guarani-Kaiowá estariam resolvidas até 2010, no entanto, do modo como essa questão tem se desdobrado, é muito pouco provável que isso aconteça.

Um termo bastante utilizado ultimamente em Dourados é "Terra é vida", mas em Mato Grosso do Sul não é isso que ocorre: as lutas pela terra já provocaram a morte de 48 indígenas.

Segundo dados do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), só no ano de 2007, 76 indígenas foram mortos no Bra-



Foto: Araujo AJI

sil em confrontos por posse de terras. Um dos últimos casos em que houve mortes ocorreu no dia 30 de outubro de 2009, na aldeia Pirajuí, localizada na cidade de Paranhos (sul de MS), em que dois professores índios foram mortos. Ambos acompanhavam o grupo de indígenas que havia ocupado a fazenda São Luiz.

Outro evento envolvendo questões fundiárias que resultaram em mortes ocorreu em Coronel Sapucaia (sul de MS), quando cerca de 250 indígenas da etnia Guarani-Kaiowá entraram em uma área que fica a 5 quilômetros da fazenda Madama.

Durante um despejo em 2007, seguranças particulares assassinaram Judite Lopes, de 70 anos. Em dois anos, além de Judite, foram assassinados Ortiz Lopes, também em 2007, e Osvaldo Lopes, em maio de 2009. Nenhum dos inquéritos referentes a esses casos foram concluídos e nenhuma área foi demarcada, nem reconhecida como indígena.

Nas condições em que vivem os índios hoje em Mato Grosso do Sul é ingênuo e romântico dizer que demarcando terras indígenas problemas como desnutrição, violência, suicídio, baixa estima

e pobreza serão sanados.

As várias transformações que envolvem toda a sociedade e sua reorganização cultural apontam novas estratégias de sobrevivência dos povos indígenas que não necessariamente essa ligada à terra.

Na contemporaneidade, as buscas indígenas seguem outras tendências, como melhorar a educação, ter uma profissão, ter saúde de qualidade e ser respeitado como cidadão. O que tem acontecido nesse processo de devolver a terra aos povos indígenas, é que as lutas políticas se instauram, não se demarcam terras e os povos indígenas são mortos, além de serem alvos de discriminação ainda mais forte.

O direito à terra está previsto na Constituição Brasileira, é um direito reconhecido pelas leis do Estado brasileiro, que se comprometeu em tratados de nível internacional a solucionar as pendências territoriais. Cabe então aos povos indígenas lutar para que o Estado brasileiro cumpra o que está em sua Constituição.

Mas é justo uma criança, um jovem, um velho morrer por um direito que já está garantido?

Visite o blog e o fotolog da AJI

www.ajindo.blogspot.com

www.fotolog.com/ajidourados

Vila Olímpica da aldeia de Dourados está abandonada



O que era para ser lazer na aldeia, até agora está com as portas fechadas

Jaqueline Gonçalves

Uma "Vila Olímpica" começou a ser construída na aldeia Bororó há dois anos e está com as obras paradas, sem ter sido concluída até hoje.

O mato que hoje toma conta das construções já levantadas está cada vez mais avançado. Essa obra serviria para

formação de atletas, para ajudar no combate à violência e consumo de drogas porque seria um espaço para os jovens que ficam ociosos poderem se ocupar e se divertir, já que na Reserva Indígena de Dourados quase não há áreas de lazer e recreação.

Porém ainda não está funcionando nenhum tipo de atividade neste local.

Por quê?

Caminhando pela frente, dá para perceber o mato que cresce em meio ao campo de futebol.

Enquanto isso, a comunidade indígena, em especial os jovens, está sem lazer.

Índígenas lançam CD

Banda Hesed, formada por índios da Aldeia Córrego do Meio lança segundo disco

Nilcimar Morales

A Banda Hesed lançou no ano passado seu segundo CD, "O sol sefoi

mais uma vez", no Espaço Show, localizado na Aldeia Córrego do Meio, município de Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul.

Os integrantes são todos indígenas da Aldeia Córrego do Meio, localizada em Sidrolândia. São eles Cidão, Jasiel, Luiz Carlos, Jucimar e Ceninho.

A banda foi formada há dez anos e o novo CD tem 12 músicas, entre elas duas músicas na língua tradicional Terena.

Contato: (67) 9949.7075 e (67) 9627.3570



CURIOSIDADES

“Os Terena, povo de língua Aruak, contava com uma população estimada em 16 mil pessoas em 2001. Os Terena vivem atualmente em um território descontínuo, fragmentado em pequenas “ilhas” cercadas por fazendas e espalhadas por sete municípios sul-mato-grossenses: Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Rochedo. Também há famílias terena vivendo em Porto Murtinho (na Terra Indígena Kadiwéu), Dourados (TI Guarani) e no estado de São Paulo (TI Araribá). Nestas duas últimas localida-

des, famílias terena foram levadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para servirem de “exemplo” aos índios locais (exemplo de afinco nas práticas agrícolas e também de “obediência” ao sistema de controle imposto pelos funcionários daquele extinto órgão público...)”

“Os índios Guarani-Kaiowá, que habitam a região sul de Mato Grosso do Sul, estão distribuídos em aldeias localizadas em uma área que se estende dos rios Apa, Dourados e Ivinhema, ao norte, passando pela serra de Mbarakaju ao

sul e chegando até os afluentes do rio Jejuí, no Paraguai, alcançando aproximadamente 100 quilômetros em sua extensão leste-oeste. O território Kaiowá ao norte faz fronteira com os Terena, e ao leste e sul com os Guarani-Mbya e com os Guarani-Nandeva. Algumas famílias Kaiowá também vivem, atualmente, em aldeias próximas às dos Guarani-Mbya no litoral do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.”

Fonte: Instituto Socioambiental – ISA (www.socioambiental.org)

Poema

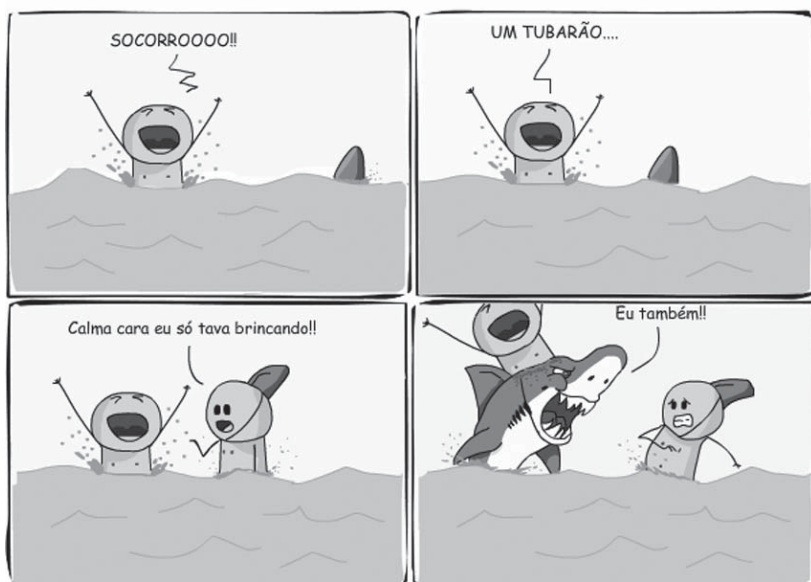
Tekohá

poema de João Machado

Ava usineiro Ava que bebe vô-kiko
 Ava carapé Que fuma petû nhavi
 Derrama seu suor Ava rekorei
 Para tirar o sustento linda prostituta chamirin
 Ava que planta avati Ava yvy eû
 Ava que escreve com giz Ava y eû
 Ava que aplica injeção Ava que não nega identidade
 Ava que caça quati É como coruja
 É como lecucha.



Piadas



Fotos: Arouvo AJI

Fotos

Eventos 2010



Oficina de reciclagem no CRAS da Aldeia Bororó



Produção de vídeo da AJI



Oficina de Informática oferecida pela AJI



Eleição de capitães para as aldeias Jaguapiru e Bororó, em dezembro de 2009



Reunião para organizar protesto contra violência nas escolas, no final de 2009

Apoio